



**Política Nacional de Alfabetização (PNA):
implicações na formação do professor dos anos iniciais do ensino fundamental**

*National Literacy Policy (PNA):
Implications for teacher training in the Early Years of fundamental education*

*Politique Nationale D'Alphabétisation (PNA):
implications pour la formation des enseignants dans les premières années de l'éducation fondamentale*

Fabiani Inês de Almeida
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul¹

Célia Beatriz Piatti
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul²

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar as implicações da Política Nacional de Alfabetização (PNA) na formação inicial de professores por meio de análise documental. Para tanto, utilizou-se como base teórico-metodológica buscar as essências contidas nas aparências dos fenômenos, por meio de uma análise dialética de fundamentação marxista. Os resultados apontam que a PNA se concretiza como uma perspectiva ideológica pensada pelos organismos internacionais como um viés liberal-conservador, intencionando negar a história do processo da alfabetização no Brasil, retrocedendo a partir dos conhecimentos críticos construídos historicamente pela educação e para a formação de professores.

Palavras – chave: Política Nacional de Alfabetização. Alfabetização. Formação de professores.

Abstract: This study aims to analyze the implications of the National Literacy Policy (PNA) in the initial formation of teachers through documentary analysis. For that, it was used as a theoretical-methodological basis to search for the essences contained in the appearances of the phenomena, through a dialectical analysis of Marxist foundation. The results show that the PNA is realized as an ideological perspective thought by international organizations as a liberal -conservative bias, intending to deny the history of the Literacy process in Brazil, going backwards from the critical knowledge historically constructed by educations and for the formation of teachers.

Keywords: National Literacy Policy. Literacy. Formation of teachers.

Résumé: Cette étude vise à analyser les implications de la Politique Nationale d'alphabétisation (PNA) dans la formation initiale des enseignants à travers l'analyse documentaire. Pour cela, il a été utilisé comme base théorique -méthodologique pour rechercher les essences contenues dans les apparitions des phénomènes, à travers une

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *E-mail:* fabianialmeida08@gmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/2822758257737221>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-7675-5336>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e professora adjunta da graduação e da pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *E-mail:* celiabpiatti@gmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/8574153185322729>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-2733-8218>.

analyse dialectique du fondement Marxiste. Les résultats indiquent que le PNA est réalisé comme une perspective idéologique pensée par les organisations internationales comme un parti pris libéral -conservateur, avec l'intention de nier l'histoire du processus d'alphabetisation au Brésil, en partant des connaissances critiques historiquement construites par l'éducation et pour la formation des enseignants.

Mots clés: Politique Nationale d'alphabetisation. L'alphabetisation. Formation des enseignants.

Recebido em: 26 de abril de 2021

Aceito em: 09 de junho de 2021

Introdução

As políticas públicas educacionais se inserem em um campo de intensa disputa hegemônica marcada por conflitos e processos descontínuos fortemente sustentados pela concepção de governo presente no momento de sua elaboração e implementação. No cenário atual, as políticas educacionais enveredam-se sob a égide do neoliberalismo, com forte participação de empresas globais e organismos internacionais, que realizam ajustes na Educação Básica desde a década de 1990 (FRANCO; MARTINS, 2020).

Hypólito (2015) ao analisar o trabalho docente no Plano Nacional de Educação (PNE), aponta que as políticas educacionais no país, ao pautar-se em modelos globais sobretudo, de países como Inglaterra e Estados Unidos, corroboram em referenciais descontextualizados se comparados aos fatores históricos decorrentes do fracasso educacional no país. Nas palavras do autor:

[...] ao contrário do que as evidências e as pesquisas demonstram, ao longo das décadas os reformadores e suas políticas educativas têm usado argumentos inadequados para culpabilizar o professorado e sua formação pelo desempenho medíocre da educação brasileira, o que não está, ao contrário do que dizem, baseado em evidências (HYPÓLITO, 2015, p. 520).

Para tanto, a referida pesquisa compreende a educação em sua ontogênese, como um trabalho produtivo intencional diante da concretude da realidade que está diretamente ligada à história da humanidade, objetivando propiciar todo o conhecimento histórico-ontológico construído socialmente pela mediação entre os seres humanos. Nessa relação, os indivíduos tornam-se seres capazes de transformar a natureza e aperfeiçoá-la com base na sua dialética. Por esse viés, Saviani e Duarte (2011) consideram a educação como:

[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação

dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI; DUARTE, 2011, p. 13).

Nessa direção, Franco e Martins (2020) elucidam que a educação atende aos constantes ajustes do neoliberalismo, qual seja, um ensino ágil e flexivo, que forme cidadãos – da classe trabalhadora – para atuarem no mercado de trabalho, deslocando-os totalmente da realidade social, e expondo esses indivíduos a constantes processos de alienação e submissão perante o capital. Nesse sentido, segundo considerações das autoras (2020), não é possível compreender o fenômeno educacional, especialmente as políticas educacionais, apartado de fatores políticos e econômicos, pois elas estão “intrínsecas à estrutura de classes presente na sociedade capitalista.” (FRANCO; MARTINS, 2020, p. 62).

Diante disso, fica evidente o caráter autoritário das políticas educacionais e o controle do capital, fazendo retroceder direitos da Educação Básica, outrora adquiridos por meio da luta dos movimentos sociais, sindicais e de setores da sociedade civil e das Universidades, envolvidos na busca por uma educação de qualidade mais justa e democrática para todos os estudantes brasileiros.

Com base nos constantes retrocessos da Educação Básica, que foram angariados a partir de “uma guinada (ideo) metodológica para trás e pela direita” (MORTATTI, 2019, p. 01), inseriu-se a Política Nacional de Alfabetização (PNA), fruto de um projeto ideológico e histórico, oriundo de propostas que há muito circulavam pelo Congresso Nacional, desde 2003 com o primeiro relatório, intitulado “Alfabetização Infantil: os novos caminhos” (2003), que, na época não encontrou adesão do então Ministro da Educação, Fernando Haddad. No entanto, o projeto foi aprovado na segunda década do século XXI, instituída por força de lei e, atualmente integra uma política de Estado.

A PNA foi instituída através do Decreto 9.765 de 11 de abril de 2019, e decretada pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro e pelo Ministro da Educação, na ocasião, Abraham Bragança de Vasconcelos Weintraub, por meio da Secretaria de Alfabetização (SEALF), cujo secretário é Carlos Francisco de Paula Nadalim. A PNA permitiu que programas fossem criados, com a premissa implementar programas e ações do Governo Federal em colaboração com os entes federados, os quais pontuam-se abaixo.

No dia 15 de agosto de 2019, foi lançado o Caderno da PNA, que expande o Decreto 9.765/2019 e a Conferência de Alfabetização Baseada em Evidências (CONABE), cujo tema foi “A Política Nacional de Alfabetização e o estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia”. O evento foi realizado entre os dias 22 e 25 de outubro do mesmo ano

e, institui duas portarias (Portaria 1.460/2019 e Portaria 1.461/2019), que nomeou 12 especialistas em alfabetização, todos envolvidos com estudos da Psicologia e Neurociência e, apenas um colaborador, pesquisador da área da educação, oficializando assim, a equipe da PNA.

No mesmo ano foram executados por meio da plataforma Avamec³, cursos destinados aos professores da Educação Básica e sociedade civil, baseados na nova política de alfabetização, a saber: “Alfabetização Baseada na Ciência” - 180 horas (2019); “Práticas de Produção de Textos” - 120 horas (2019); “Práticas de Alfabetização” - 30 horas. Todos os cursos citados integram o programa “Tempo de Aprender”, aprovado em 2019. Além disso, houve outra implementação no mesmo ano com o programa de literacia familiar, “Conta Pra Mim” (2019), destinado às famílias brasileiras.

Diante desse exposto, o presente trabalho está embasado na pesquisa de mestrado intitulada: “A Política Nacional de Alfabetização (PNA): implicações na formação do professor dos anos iniciais do ensino fundamental” - alocada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEDU-UFMS) e tem por finalidade analisar as implicações e os impactos da PNA na formação do professor alfabetizador. A problemática que desencadeia esse estudo é: quais as implicações e os impactos da PNA para a formação do/a professor/a alfabetizador/a? Alicerçado na Teoria Histórico-Cultural buscar-se-á compreender o objeto de estudo – formação do professor – como um campo inerente às modificações das políticas educacionais, estritamente relacionadas ao fenômeno educacional, inserido em um campo de disputas hegemônicas.

Inicialmente, realizamos um levantamento bibliográfico, intencionando verificar a temática das políticas de alfabetização no Brasil, com recorte temporal de 2010 a 2020 na plataforma Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (oasis.br). A escolha por essa plataforma digital na referida pesquisa advém do fato de alocar as atuais produções científicas (dissertações e teses) e, por isso, tal recorte mostrou-se como um fator importante para delinear as pesquisas referentes à temática abordada, haja vista a contemporaneidade desses trabalhos.

Sabendo que a PNA desenvolveu ações decorrentes de medidas, programas, portarias, conferências, cursos de capacitação e formação continuada de professores, materiais que expandem o exposto no Decreto 9.765/2019 e, ainda, um guia de literacia familiar, tratar-se-á neste trabalho acerca do Caderno da PNA (2019), cujo material apresenta as evidências científicas, conceitos adotados de alfabetização, literacia e numeracia, entre outros aspectos que serão descritos no decurso deste estudo.

³ AVAMEC. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/#/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

No primeiro momento apresentamos o mapeamento das produções realizadas na plataforma oasisbr nos últimos dez anos. Em seguida, elucidamos a descrição do exposto no Caderno da PNA a partir de uma análise crítica sobre alguns pontos polêmicos da política de alfabetização. Por fim, a última seção deste trabalho aborda as implicações da PNA na formação do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental, discorrendo sobre como essa formação insere-se em um campo de intensas disputas hegemônicas, alinhadas aos interesses do capital.

Iniciando o diálogo: produções em contexto

O mapeamento realizado na plataforma oasisbr assegura uma compreensão das produções já publicadas e revela pistas importantes para o curso da nossa investigação. Durante a coleta de dados encontramos 42 trabalhos, sendo 23 dissertações e 19 teses, do período de 2010 a 2020, com base nos seguintes descritores: “Formação Inicial – Alfabetização – Letramento e Políticas de Alfabetização – Alfabetização – Letramento”. As buscas foram realizadas em dois momentos: no primeiro objetivamos coletar pesquisas referentes aos três primeiros descritores (Formação Inicial – Alfabetização – Letramento) e, em seguida, buscamos coletar dados acerca do tema proposto, tomando como base os descritores “Políticas de Alfabetização – Alfabetização – Letramento”.

Como critérios de seleção, utilizamos a leitura dos títulos dos trabalhos e seus resumos. Os dados foram organizados em dois quadros, nos quais destacamos como prioridade: título do trabalho; assunto da pesquisa a partir de uma leitura prévia realizada nos resumos; instituição em que o trabalho está vinculado, autor e ano da pesquisa.

Em relação ao primeiro grupo de descritores (Formação Inicial, Alfabetização, Letramento), encontramos 58 dissertações e 15 teses. Com o objetivo de filtrar os trabalhos encontrados, realizamos a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos e, após essa etapa, finalizamos o levantamento bibliográfico dos descritores “Formação Inicial – Alfabetização – Letramento” com 26 trabalhos, sendo 6 teses e 20 dissertações.

No segundo momento, apresentamos os trabalhos acadêmicos encontrados a partir dos seguintes descritores: Políticas de Alfabetização – Alfabetização – Letramento, numa primeira busca encontramos 37 teses e 123 dissertações. Após um filtro em relação aos títulos, finalizamos a busca com 16 trabalhos selecionados, sendo 13 teses e 3 dissertações.

Após a seleção dos trabalhos acadêmicos, iniciamos a análise dos dados coletados por meio do método investigativo vigotskiano. Basear-se em uma pesquisa nesse método implica

transgredir os dados que estão postos, buscar as contradições existentes no real, pautar-se pela busca da objetividade. Sobre isso, Júnior (2015, p. 50-51) descreve que:

Trata-se de lidar com uma realidade objetiva em movimento, não estática nem imutável. Movimento não linear, nem necessariamente ‘progressivo’, mas constituído de avanços, de retrocessos, de saltos qualitativos e mesmo de paradas momentâneas, ainda que aparentes. Processo visto então como contraditório, em luta permanente, não como ‘progresso’ ordenado, harmonioso, isento de conflito. Neste sentido, um conhecimento mais verdadeiro e/ou crítico será aquele que retratar com maior fidelidade as contradições do real, em sua estrutura, dinâmica e gênese – ser e devir (DELARI JUNIOR, 2015, p. 50-51).

No levantamento bibliográfico realizado, constatamos que nos últimos 10 anos, a questão dos métodos de alfabetização não foi tratada como questões centrais nas pesquisas acadêmicas brasileiras. O levantamento ainda revelou que, a produção acadêmica voltada às políticas de alfabetização no Brasil é demasiada incipiente em detrimento às outras temáticas que tratam sobre a alfabetização e o letramento, como formação continuada, trabalho pedagógico e prática pedagógica do professor alfabetizador.

A grande incidência de pesquisas na área de Alfabetização e Letramento, entre os anos de 2010 a 2020, estão voltadas à articulação entre os programas de Alfabetização, em especial o Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC, 2013-2015), e a Formação Continuada de professores alfabetizadores. Outro destaque são os trabalhos voltados ao trabalho do professor alfabetizador dentro da sala de aula, isto é, seu trabalho pedagógico junto aos estudantes.

Em síntese, constatamos que as pesquisas voltadas às Políticas de Alfabetização e a Formação Inicial no Brasil, ocupam um lugar secundarizado se comparada a outras linhas temáticas, como a Formação Continuada, o Trabalho Pedagógico e os Programas de Alfabetização. Além disso, observamos que a partir de 2010, há uma implosão de trabalhos relacionados aos programas de alfabetização no Brasil.

Explanada a temática das políticas de alfabetização no contexto brasileiro nos últimos dez anos, consideramos pertinente analisar a PNA no interior de suas implementações, sobretudo o Decreto 9.765/2019 e o Caderno da PNA.

A Política Nacional de Alfabetização: um “marco” na educação brasileira

O Decreto 9.765 foi sancionado no dia 11 de abril de 2019 pelo presidente Jair Messias Bolsonaro no uso de suas atribuições legais regulamentadas em três legislações de caráter nacionais: Art. 89 inciso IV da Constituição Federal de 1988; Art. 8 da Lei de Diretrizes e

Bases da Educação (LDB – lei nº 9394/1996) e a Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 que aprova o PNE e dá outras providências. Conforme apresentado abaixo, mostramos detalhadamente as legislações nacionais, as quais o Decreto 9.765 se baseou:

- Art. 89 inciso IV da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece as competências privativas do Presidente da República “sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução. (BRASIL, 1988)”
- Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) lei nº 9394/1996 “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino” e no § 1º do mesmo Artigo “Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. (BRASIL, 1996)
- Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (BRASIL 2014)

O documento regulamentado em três legislações nacionais conforme apresentado acima, expõe uma política de Estado fundamentada em duas legislações nacionais de caráter hierárquico: Constituição Federal de 1988 e LDB – Lei nº 9394/1996. Além disso, está dividido em VII capítulos, dos quais destacamos apenas o capítulo II por tratar os princípios e objetivos da PNA:

- I - Elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas;
- II - Contribuir para a consecução das Metas 5 e 9 do Plano Nacional de Educação de que trata o Anexo à Lei nº 13.00 art55, de 25 de junho de 2014;
- III - Assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País;
- IV - Impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes etapas e níveis; e
- V - Promover o estudo, a divulgação e a aplicação do conhecimento científico sobre literacia, alfabetização e numeracia (BRASIL, 2019).

Conforme podemos observar, o Decreto 9.765/2019 está organizado em bases legais fortemente sustentadas, inserindo-o também como uma política de Estado, ou seja, ancorada em aspectos legais que o fundamentam como uma normativa de longa duração. Assim sendo, o Caderno da PNA consiste em um guia explicativo acerca das premissas da política de alfabetização e, apresenta em sua estrutura V capítulos, os quais apresentaremos a seguir.

Capítulo I (p. 10-17), intitulado “Contextualização” trata sobre o cenário histórico e social em que a política de alfabetização se insere, bem como os índices atuais que a educação brasileira se encontra, justificando assim, sua criação e instituição. Já o Capítulo II (p. 18-37) “Alfabetização, literacia e numeracia” revela os conceitos de alfabetização baseada a partir das evidências científicas e da ciência cognitiva da leitura. O Capítulo III (p. 10-17) “Política

Nacional de Alfabetização” aborda os princípios, objetivos e diretrizes, público – alvo e agentes envolvidos, implementação e a avaliação e monitoramento da política de alfabetização, com base em um infográfico. Por fim, o Capítulo IV apresenta as referências utilizadas pelo Caderno/Guia Explicativo.

Para iniciar a discussão, apresentamos a nota do Secretário de Alfabetização Carlos Francisco de Paula Nadalim. Segundo ele, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Alfabetização “busca elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro” (BRASIL, 2019). Nadalim expõe a elaboração de um grupo de trabalho formado por representantes da Sealf, da Secretaria de Educação Básica (SEB), da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), da Secretaria Executiva (SE), do Gabinete do Ministro e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

De acordo com o Secretário de Alfabetização, Nadalim (2019), o grupo de trabalho formado pelos respectivos órgãos citados acima, verificou a atual condição do Brasil em relação à alfabetização e diante disso, realizou audiências com o Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e também contou com a presença de “renomados pesquisadores da área da alfabetização para apresentarem suas contribuições” (BRASIL, 2019b, p. 05). Além do mais, para a elaboração da PNA foram estudadas propostas e experiências exitosas de estados e municípios brasileiros e também de outros países, que formularam suas bases de alfabetização nas evidências científicas (BRASIL, 2019b). Conforme explicita Nadalim (2019b, p. 07):

A ciência cognitiva da leitura apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e indica os caminhos mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita. A PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, levando para a sala de aula os achados das ciências cognitivas e promovendo, em consonância com o pacto federativo, as práticas de alfabetização mais eficazes, a fim de criar melhores condições para o ensino e a aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita em todo o país (BRASIL, 2019, p. 07).

Considerada um “marco” na educação brasileira, a política vem inaugurar um “novo” movimento de um grupo negacionista que encontrou, nesse momento histórico, adesão para suas evidências científicas serem implementadas na Educação Básica do país. Em verdade, a utilização do termo “marco” representa uma velha política que há muito já tentava introduzir

suas ideologias, em nome da ciência e do progresso científico do país, (MORTATTI, 2019a) como veremos adiante. Ademais, o espaço-tempo entre a publicação do Decreto 9.765 em 11 de abril de 2019 e o lançamento do Caderno da PNA no dia 15 de agosto do mesmo ano apresenta um curto espaço, que sequer possibilitou a ampla divulgação da política à sociedade e, conseqüentemente, sua não participação.

Segundo consta no Caderno/Guia, a política de alfabetização foi criada mediante os níveis insuficientes das avaliações internas e externas, exemplo da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e os resultados do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), no qual o Brasil ocupa 59º lugar em leitura e 65º posição em matemática, num *ranking* de 70 países, ficando atrás apenas do Kosovo, Líbano, Argélia e República Dominicana.

Os níveis insuficientes em escrita, leitura e matemática das mais de 2 milhões de crianças brasileiras apresentados pela ANA, conforme o Caderno da PNA, corroboram nos altos índices de reprovação, distorção idade-série e abandono escolar, haja vista que “mais de 810 mil alunos matriculados nas redes federal, estadual e municipal estavam com dois anos ou mais de atraso escolar” (BRASIL, 2019b, p. 11). Em relação a isso, o Brasil está distante do cumprimento da meta 5 do PNE que intenciona alfabetizar todas as crianças até o final de 2024 (BRASIL, 2014).

Evidentemente, os índices de alfabetização dos estudantes brasileiros, bem como os dados apresentados nos últimos anos pelas avaliações externas são demasiadamente preocupantes. No entanto, ao tratar desses níveis insuficientes, a PNA nega a história da educação brasileira, assim como a existência da desigualdade histórica que advém desde o período imperial, onde apenas a elite possuía acesso à educação. Portanto, inferir em tais constatações negligenciam a história do país, é desconsiderar que, ainda, milhares de crianças no país oriundas da classe trabalhadora não têm acesso a uma educação equânime, com vistas a proporcionar condições de igualdade e qualidade para todos/as, conforme estabelece o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 ao definir que “a educação é direito de todos” (Brasil, 1988), seguindo a meta 5 do PNE que consiste em “alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental” (Brasil, 2014). De posse dessas informações, Martins (2020, p. 65) arrazoa que:

Destacamos que a Educação Escolar no nosso país é, antes de tudo, um problema de classe social e desigualdade de renda. Portanto, há de se levar em conta a criança e o professor na sua concretude e, lamentavelmente, o documento não se ocupa dessa feita, homogeneizando o processo de aprendizagem e pouco considerando o papel e as condições objetivas de trabalho do professor. (MARTINS, 2020, p. 65).

Em sua estrutura, o Caderno da PNA apresenta uma linha histórica com os documentos normativos que antecederam a política de alfabetização, os quais destacamos abaixo:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996;
- Plano Nacional de Educação, 2001;
- Relatório de Alfabetização Infantil: os novos caminhos, 2003;
- Programa Brasil Mais Alfabetizado, 2003;
- Documento Aprendizagem Infantil: uma abordagem da Neurociência, 2011;
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), 2012;
- Primeira edição da Avaliação Nacional da Alfabetização, 2013;
- Plano Nacional de Educação, 2014;
- Promulgada a Base Nacional Comum Curricular, 2017 e
- Programa Mais Alfabetização, 2018 (BRASIL, 2019b, p. 15).

Inicialmente, cabe destacar que, em relação aos documentos históricos e normativos apresentados pelo Caderno da PNA, não há uma classificação hierárquica, de modo que todos estão listados a parecer que possuam o mesmo significado e a mesma importância em aspectos legais.

Além disso, não há uma análise, tampouco uma explicação desses documentos, de forma que estão apenas citados numa mesma página sem o rigor teórico e científico necessário. Quanto a essa linha do tempo, destacamos aqui o “Relatório de Alfabetização Infantil: novos caminhos”, publicado por um grupo de cientistas em 2003. Não por coincidência, a maioria dos especialistas que elaboraram o referido documento em 2003 também construiu a PNA.

O relatório citado acima possui duas edições, sendo a primeira em 2003 e a segunda em 2007, esta última está disponível em meio eletrônico com acesso aberto e foi elaborado a pedido da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. O grupo de trabalho é formado por Cláudia Cardoso-Martins⁴, Fernando Capovilla⁵, Jean-Emile Gombert⁶, João Batista Araújo e Oliveira⁷, coordenador do Relatório, Roger Beard⁸, que integraram os especialistas colaboradores da PNA e, também, pesquisadores associados da Rede Nacional de Ciência para a Educação (Rede CpE) e os pesquisadores Marilyn Jaeger Adarns⁹ e José Carlos Junca de Moraes¹⁰. Conforme apresentado no relatório, há dois problemas crônicos que o Brasil enfrenta em relação à alfabetização, são eles:

⁴ Ph. D. em Psicologia, University of Illinois. (BRASIL, 2007, p. 07).

⁵ Ph. D. em Psicologia Experimental, Temple University. (BRASIL, 2007, p. 07).

⁶ Doutor em Psicologia Genética. (BRASIL, 2007, p. 07).

⁷ Ph. D. em Pesquisa Educacional, responsável pela adaptação do Método Dom Bosco para alfabetizar crianças multirepentes.

⁸ Ph. D. em Psicologia. (BRASIL, 2007, p. 08).

⁹ Ph. D. em Psicologia Cognitiva e do Desenvolvimento. (BRASIL, 2007, p. 08).

¹⁰ Doutor em Ciências Psicológicas, (BRASIL, 2007, p. 7-8).

O primeiro é o problema da alfabetização das crianças. O Brasil não vem conseguindo alfabetizar adequadamente suas crianças [...] A alfabetização inadequada compromete o sucesso escolar dos alunos e afeta de maneira irreversível a trajetória escolar dos alunos de nível socioeconômico mais baixo, que constituem a maioria da população que frequenta [sic] as escolas. O segundo problema refere-se à dificuldade do país em usar conhecimentos científicos e dados de avaliação para melhorar a qualidade da educação. No caso da avaliação, o país vem realizando trabalhos como os do SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica – há mais de dez anos, mas não vem conseguindo usar os resultados como instrumento de diagnóstico para melhorar o desempenho dos alunos. [...] No caso dos conhecimentos científicos, o país vem ignorando os progressos e as práticas mais adequadas para alfabetizar alunos, atendo-se a concepções equivocadas e manifestamente ineficazes sobre o que é e como se deve alfabetizar as crianças (BRASIL, 2007, p. 13).

O documento apresenta em seu escopo de VI Capítulos, a defesa pelo método fônico por ser, segundo considerações deste documento, a maneira mais eficaz de alfabetizar uma criança, baseada nas comprovações da ciência e de experiências exitosas em outros países. Além disso, critica o uso de variados métodos, bem como a autonomia do professor alfabetizador na escolha dos mesmos. Aponta para um progresso educacional a partir do momento em que as políticas educacionais se voltarem para o uso de evidências científicas, em especial, a ciência cognitiva da leitura. Grande parte das teorias elencadas no relatório de Alfabetização Infantil (2007) compõe o Caderno da PNA, como o Modelo de Cordas de Hollis Scarborough (2001), como as crianças aprendem a ler e escrever e a teoria das fases do desenvolvimento da leitura e da escrita elaborada por Linnea Ehri.

O “Relatório de Alfabetização Infantil: novos caminhos” foi apresentado ao Ministro de Educação da época, Fernando Haddad, que aceitou ouvir a proposta do projeto do grupo de especialistas. Além deles, estavam presentes grandes referências da alfabetização no país, como Magda Soares e Maria do Rosário Longo Mortatti que, ao serem questionadas acerca do projeto apresentado, colocaram-se veemente contra as propostas do relatório, já que se aprovadas, integrariam as políticas educacionais de alfabetização no âmbito brasileiro.

Por sua vez, o Capítulo II do Caderno da PNA inicia com uma provocação acerca das teorias de alfabetização contrárias à sua ideologia proposta:

A palavra alfabetização é muitas vezes usada de modo impreciso, resultando confusão pedagógica e didática, dificuldade de diálogo entre as pessoas envolvidas na educação, além de desconhecimento para os pais, que muitas vezes acreditam que seus filhos foram alfabetizados, quando, na verdade, mal sabem ler palavras. A PNA, com base na ciência cognitiva da leitura, define alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético (BRASIL, 2019, p. 18).

Conforme apresentado no documento, uma criança ou adulto se torna plenamente alfabetizado quando compreende a relação entre grafema/fonema – fonema/grafema, isto é, consegue perceber que cada letra do alfabeto possui um som e passa por um momento crucial no seu processo de aquisição da língua escrita. Tal processo significa que o indivíduo compreendeu o sistema alfabético. Em seguida, ao observar a correspondência existente entre grafema/fonema e entender que estas possuem um sentido fonológico (decodificação), conseguindo combinar grafemas e fonemas com os sons da língua falada, representa que já é capaz de ler e escrever.

No quadro abaixo sintetizamos os conceitos apresentados pelo documento Brasil (2019).

Quadro 1: Termos e conceitos presentes na PNA

TERMO	CONCEITO
Alfabetização	Com base na ciência cognitiva da leitura, define alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético. (BRASIL, 2019b, p. 18).
Sistema alfabético	É aquele que representa com os caracteres do alfabeto (letras) os sons da fala. (BRASIL, 2019b, p. 18).
Literacia	Consiste no ensino e na aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita, independentemente do sistema de escrita utilizado. (BRASIL, 2019b, p. 18).
Princípio Alfabético	Quando uma criança ou um adulto analfabeto se dá conta de que os caracteres alfabéticos não são meros sinais gráficos, mas que, individualmente ou em grupo, representam os sons da fala (ou os fonemas da língua, para ser mais exato), dizemos que essa pessoa compreendeu o princípio alfabético, passo crucial no processo de alfabetização. Esse princípio, que se concretiza diversamente nas diferentes línguas, de modo que cada uma delas possui regras próprias de correspondência grafema/fonema, deve ser ensinado de forma explícita e sistemática, numa ordem que deriva do mais simples para o mais complexo. O alfabetizando deve ser guiado gradualmente durante a aprendizagem dessas relações grafofonêmicas. Não se trata de uma aprendizagem que ocorre de modo espontâneo, com a mera exposição a material escrito. (BRASIL, 2019b, p. 18).
Decodificação	Extrair de uma sequência de letras escritas a sua forma fonológica (ou pronúncia). (BRASIL, 2019b, p. 19).
Codificação	Combinar em sinais gráficos (letras ou grafemas) os sons produzidos na fala. Em outras palavras, começa a ler e a escrever. (BRASIL, 2019b, p. 19).

Fonte: PNA: Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019).

Além das propostas apresentadas acima, a PNA anuncia, segundo seus especialistas, como as crianças aprendem a ler e a escrever de modo eficaz. Segundo Linnea Ehri (2013;2014), colaboradora especialista que participou da construção e elaboração da PNA, a aquisição do sistema alfabético não é simples e deve ser iniciado com a aprendizagem dos sons separados que representam as letras do alfabeto. Para isso, a autora propôs a Teoria das Fases do Desenvolvimento da leitura e da escrita (BRASIL, 2019b) baseada na ciência cognitiva da leitura, que distingue quatro maneiras de ler palavras.

A partir dos conceitos extraídos do Caderno da PNA, fica evidente a adoção do método fônico como possibilidade unicamente capaz de sanar os problemas históricos e sociais, bem como reduzir a desigualdade do país. Essa visão reducionista, além de desconsiderar todos os estudos realizados acerca dos métodos de alfabetização no contexto brasileiro, traz à tona uma discussão que, em termos epistemológicos, já havia sido resolvida: a questão dos métodos de alfabetização.

Conforme o mapeamento das produções científicas apresentadas no item anterior deste trabalho, a questão dos métodos de alfabetização no Brasil não foi temática de grande incidência em teses e dissertações nos últimos dez anos. Outro ponto em voga diz respeito ao caráter biologizante e engessado das teorias apresentadas pelo documento. Em razão dessas análises, Franco e Martins (2020) entendem o seguinte:

Do exposto até o momento, depreende-se que o método fônico, aliado à uma roupagem cognitivista e neurocientífica em voga na atualidade, desponta como novidade e salvação para os problemas de alfabetização no país (FRANCO; MARTINS, 2020, p. 54).

Mortatti (2019) discorre que não são os métodos que alfabetizam, tampouco evidências científicas carregadas de uma “falsa” neutralidade e imparcialidade pedagógica. Não são, ainda, as cartilhas e programas os responsáveis pela aprendizagem da leitura e escrita da criança. Diante de tais afirmações, e considerando a educação um processo intencional, objetivo e concreto, que tem por finalidade sistematizar o conhecimento histórico construído pela humanidade, perguntamos então: o que alfabetiza uma criança?

Diante dessa problemática, tentaremos responder a essa pergunta a partir das discussões a seguir.

A PNA e suas implicações para a formação de professores: algumas considerações

A aprendizagem acontece na interação com os demais indivíduos pertencentes a uma dada cultura e, desse modo, a alfabetização ocorre na mediação entre professor/aluno, que consiste num processo dialético permeado de relações sociais. À luz desse referencial, Pino (2005, p. 53) destaca que:

Para Vigotski e a vertente histórico-cultural, nem as funções elementares podem, por si mesmas, dar origem ou acesso às funções superiores, nem estas são simples manifestações daquelas. As funções elementares se propagam por meio da herança genética; já as superiores propagam-se por meio das práticas sociais (PINO, 2005, p. 53).

Para Martins (2009, p. 14), o que alfabetiza são as relações entre professor/aluno e aluno/professor que ocorrem de forma “intencionalmente planejada, para a efetivação de determinada prática social”. Portanto, a alfabetização se dá por meio das relações sociais entre o indivíduo que detém o conhecimento sistematizado (professor) e o sujeito que aprende (aluno) cujo objetivo é atingir determinada prática social, num movimento dialético.

Nesse sentido, no processo de alfabetização, o sujeito professor, detentor do conhecimento historicamente construído pela humanidade, possui a autonomia de escolher e selecionar a metodologia aplicável aos seus educandos na sala de aula; materiais didáticos; jogos e brincadeiras adequados à faixa-etária dos alunos e, sobretudo, o método de alfabetização que respeite a individualidade de cada criança como ser social.

Mas como efetivar uma educação intencional e planejada com a finalidade de alcançar uma prática humanizadora, tendo em vista que na conjuntura atual, diversos desmontes estão sendo realizados no campo educativo e materializados por meio de políticas públicas de Estado para engessar e controlar a prática pedagógica de professores no país, tomando como exemplo a PNA, que impõe um único método e uma única “ciência” para o professorado?

Antes de responder a indagação acima, cabe apresentar o papel do professor na atualidade e como as exigências do mundo moderno atingem diretamente sua formação.

Martins (2015) ao analisar a formação social da personalidade do professor concluiu que as descontínuas modificações do mundo contemporâneo, especialmente às políticas educacionais, exigem do professor um determinado conjunto de relações sociais na sua prática, de modo que possa desenvolver capacidades necessárias para adequar-se às novas demandas impostas pelo neoliberalismo. De acordo ainda com a autora:

Grande parte dos estudos vistos neste trabalho que versam sobre o professor parece adotar como um pressuposto de importância decisiva que a sociedade contemporânea passaria por um processo de profundas e aceleradas mudanças, o que exigiria do professor a capacidade de acompanhá-las. Nesse sentido, as novas concepções sobre a formação do professor parecem ter como objetivo central desenvolver tal **capacidade** nesse profissional (MARTINS, 2015, p. 11, **grifo nosso**).

A palavra em destaque, “capacidade”, desponta um critério exigido do professor na atualidade, isto é, outra condição imposta pelo neoliberalismo à formação docente: o desenvolvimento de competências necessárias para o exercício da docência, reforçada com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018).

Martins (2009) ao analisar a relação entre formação profissional e atividade produtiva sob o prisma da T al, expõe que a atual conjuntura apela à expropriação do indivíduo frente às

situações concretas do mundo, o que esvazia teoricamente sua prática, de modo que os professores sejam competentes, flexíveis e produtivos. Conforme a autora (2005, p. 19):

[...] o “saber fazer” passa a se sobrepor a qualquer outra forma de saber, apresentando-se travestido, também, sob a forma de “competência”. Competência... baseada no critério da lucratividade e da sociabilidade adaptativa, equidistante, portanto, de critérios sociais éticos e humanos (MARTINS, 2005, p. 19).

No tocante às implicações da PNA para a formação do professor alfabetizador, pontuamos aqui duas questões que incidem diretamente em sua prática cotidiana, são elas: 1) o caráter homogeneizador do documento que visa à adoção do método fônico como única perspectiva eficaz, e 2) a concepção pseudocientífica presente na PNA, travestida de projeto a-histórico, que enterra progressivamente a construção da consciência crítica de professores e alunos.

Em primeiro lugar, observamos o ocultismo dos protagonistas do processo de alfabetização em que se vincula a relação professor/aluno, expropriando-os da totalidade social. Ao apresentar os índices das avaliações externas, a PNA nega a classe social e a cultura da qual os indivíduos são oriundos; as particularidades locais e sociais; os desafios de ensino-aprendizagem.

Percebemos que no documento é tratada de forma superficial a questão econômica, atribuindo o fracasso escolar à escola. Nesse sentido, há uma tentativa de homogeneizar todas essas questões fundantes para o processo educativo, pois, nas palavras de Franco e Martins (2020) “não há produção do conhecimento apartada de prática social.” (FRANCO; MARTINS, 2020, p. 71).

Em segundo lugar, notamos que a ciência propicia o questionamento, as indagações, a dúvida. Entretanto, na PNA o caráter da aparente neutralidade baseada nas evidências científicas apresenta um discurso neoliberal que possui em suas bases o objetivo de acabar com a consciência crítica que há muito é trabalhado na formação de professores no país.

Retomando a indagação feita anteriormente: como efetivar uma alfabetização pautada nas reais necessidades do ser humano, tendo em vista o retrocesso imposto pela PNA? Entendemos que na perspectiva deste trabalho, a educação deve propiciar a busca pelo conhecimento crítico e problematizador e, por isso, a ampla divulgação das pesquisas científicas possibilita aos professores a problematização da condição atual, o desenvolvimento de uma consciência crítica, considerando que se criem instrumentos para superação e, conseqüente, uma possível transformação da realidade imposta.

Referências

- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 mar. 2021.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília, DF: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 mar. 2021.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. Grupo de trabalho alfabetização infantil: os novos caminhos: *relatório final*. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. p. 180 – (Série ação parlamentar; n. 246)
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação (2014-2024)*, Campo Grande, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- BRASIL. Decreto-lei nº 9.765, de 11 de abril de 2019. *Institui a Política Nacional de Alfabetização*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm. Acesso em: 18 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: [2018]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base/>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *PNA: Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização*. Brasília, DF: [2019]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.
- DELARI JUNIOR, A. Questões de método em *Vigotski*: busca de verdade e caminhos de cognição. In: TULESKÍ, Silvana. C; CHAVES, Marta; LEITE, Hilusca. A. *Materialismo histórico dialético como fundamento da psicologia-histórico cultural: método e metodologia de pesquisa*. Maringá, Eduem, 2015. p. 43-82.
- FRANCO, A. de. F; MARTINS, L. M. *Palavra escrita: vida registrada em letras a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização*. Goiânia-GO: Phillos Academy, 2021.
- HYPÓLITO, A. L. M. Trabalho docente e o novo plano nacional de educação: valorização, formação e condições de trabalho. *Caderno Cedes*. v. 35. n. 97. set-dez, 2015. p. 517-534. DOI: <https://doi.org/10.1590/cc0101-32622015150376>.
- MARTINS, L. M. *A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano*. 2. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2015.
- MARTINS, L. M., and DUARTE, N., (orgs.) *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191 p. ISBN 978-85-7983-103-4. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

MORTATTI, M. R. L. Brasil, 2019: notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. In: *Revista Olhares*. Guarulhos. v. 7, n. 3. novembro, 2019. 35. p. ISSN 2317-7853.

MORTATTI, M. R. L. A “política nacional de alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita. In: *Revista Brasileira de Alfabetização (ABAlf)*. Belo Horizonte – MG. v. 1. n. 10. jul/dez. 2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em: 18 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-21172019210102>.

PINO, A. *As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. (orgs.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2015. 184p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).